



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 0824/2017

PROCESSO Nº 0507940-28.2016.4.02.5101

ORIGEM: 2ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

PROCURADOR OFICIANTE: VINÍCIUS PANETTO DO NASCIMENTO

RELATOR: FRANKLIN RODRIGUES DA COSTA

NOTÍCIA DE FATO. CPP, ARTIGO 28 C/C LC 75/93, ARTIGO 62, INCISO IV). POSSÍVEIS CRIMES PRATICADOS POR PRESIDENTE DE CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. AUSÊNCIA DE ATOS DE INVESTIGAÇÃO. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Notícia de Fato instaurada em virtude de representação sigilosa, na qual foram noticiadas supostas irregularidades ocorridas no âmbito do Conselho Regional de Química da 3ª Região.

2. O Procurador da República oficiante promoveu, de plano, o arquivamento do feito, por entender que *“a notitia criminis apenas menciona suposições e conjecturas a respeito da lisura na gestão do Conselho Regional de Química da 3ª Região, sem mencionar qualquer dado concreto que possa constituir indício da prática de crime a ensejar a instauração de apuração nesse sentido”*.

3. O Juiz Federal discordou do arquivamento aduzindo que *“a leitura da peça dá conta de fatos concretos que não deveriam ser ignorado sem qualquer diligência”*. Ainda, especificamente em relação à contratação irregular de servidores, ressaltou que o fato ensejou a instauração de inquérito civil, autuado na PR/RJ, o que denota relevância das informações.

4. Somente após o exaurimento das diligências capazes de esclarecer o ocorrido, é que o Ministério Público Federal poderá concluir, sem dúvidas, se existem elementos suficientes para deflagrar a Ação Penal ou se deve requerer, de forma segura, o arquivamento do processo.

5. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de Notícia de Fato instaurada em virtude de representação sigilosa, na qual foram noticiadas supostas irregularidades ocorridas no âmbito do Conselho Regional de Química da 3ª Região.

O Procurador da República oficiante promoveu, de plano, o arquivamento do feito, por entender que *“a notitia criminis apenas menciona suposições e conjecturas a respeito da lisura na gestão do Conselho Regional de Química da 3ª Região, sem mencionar qualquer dado concreto que possa constituir*

indício da prática de crime a ensejar a instauração de apuração nesse sentido” (fls. 15/16).

O Juiz Federal discordou do arquivamento aduzindo que *“a leitura da peça dá conta de fatos concretos que não deveriam ser ignorado sem qualquer diligência”*. Ainda, especificamente em relação à contratação irregular de servidores, ressaltou que o fato ensejou a instauração de inquérito civil, autuado na PR/RJ, o que denota relevância das informações (fl. 17).

Firmado o dissenso, os autos vieram a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, combinado com o artigo 62, inciso IV, da Lei Complementar 75/93.

É o relatório.

Com razão o Magistrado.

O arquivamento no atual estágio, ainda embrionário, da persecução criminal apenas seria admitido se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade, ou frente à ausência de elementos mínimos que indiquem a autoria e a materialidade delitiva, ou ainda a inexistência de crime, sem o que se impõe o prosseguimento do feito, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório.

No caso em apreço, mostra-se necessário o aprofundamento das investigações para que sejam esclarecidos os pontos relevantes ou dotados de potencialidade lesiva das informações prestadas.

Assim, somente após o exaurimento das diligências capazes de esclarecer o ocorrido, é que o Ministério Público Federal poderá concluir, extirpe de dúvidas, se existem elementos suficientes para deflagrar a Ação Penal ou se deve requerer, de forma segura, o arquivamento do processo.

Em face do exposto, voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante e o Juízo de origem, com as homenagens de estilo.

Brasília-DF, 7 de fevereiro de 2017.

Franklin Rodrigues da Costa
Subprocurador-Geral da República
Suplente – 2ª CCR/MPF

/SBD